

Manifesto da VIII Plenária Estatutária da CONDSEF/FENADSEF

Construir a mobilização unitária pelos direitos e por democracia

Neste momento histórico, a VIII Plenária Estatutária da CONDSEF/FENADSEF assume o desafio de enfrentar a luta em defesa dos servidores e empregados públicos federais, por serviços públicos universais e de qualidade para toda a população, por democracia e soberania nacional sobre nossas riquezas minerais, em particular o petróleo.

A partir do livre debate e reafirmando as resoluções do XII Congresso da CONDSEF/FENADSEF, as três teses que aqui se inscreveram, com respeito às concepções de cada uma, apresentam uma posição unificada a ser submetida ao conjunto dos servidores e empregados públicos federais.

Não vamos "esquecer os acordos" firmados em 2015, como quer o Ministério do Planejamento. Não vamos aceitar a retirada de direitos nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) dos empregados públicos.

A CONDSEF/FENADSEF vai defender, apoiar e impulsionar cada uma e todas as reivindicações dos trabalhadores de cada setor e de cada órgão público e estatal. Juntos vamos pressionar os dirigentes desses órgãos para que atendam as demandas da categoria e encaminhem o que couber ao Planejamento, como as melhorias ou implantação de carreiras. Vamos exigir negociações da pauta de reivindicações entregue em fevereiro.

Vamos construir a mobilização unitária da categoria cujas reivindicações específicas e gerais se chocam com a Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos públicos sociais por 20 anos, como há muito queria o capital financeiro nacional e internacional.

Para impor essa brutalidade contra o povo brasileiro - que jamais seria aprovada nas urnas - organizaram o golpe jurídico-parlamentar-midiático desfechado em 2016.

Os ataques deflagrados pelo governo golpista de Temer abalaram profundamente as conquistas sociais históricas, os direitos dos trabalhadores. Com a aprovação da EC 95/2016 abriu-se as portas para o desmantelamento do serviço público e para o arrocho salarial dos servidores, com o claro intuito de transferir os recursos para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Aprovaram a absurda reforma trabalhista que praticamente decretou a morte da CLT, além de potencializar dramaticamente a precarização do trabalho.

E para evitar a revogação dessas medidas, o golpe promoveu um verdadeiro esvaziamento da democracia e do estado democrático de direito com a arbitrária prisão do ex-presidente Lula, que foi alvo de uma operação (Lava Jato) que tem motivação econômica (destruição da economia nacional) e política para inviabilizar sua candidatura à Presidência da República - inclusive com pressão de generais em momentos decisivos - deflagrando um estado de exceção. Uma tenebrosa desconstrução da Democracia no Brasil. Independentemente da avaliação de mérito sobre as opções de voto em 7 de outubro, não se admite que o direito de Lula a se candidatar seja cerceado.

E se destampou a fúria de uma reação obscurantista dando asas a todo tipo de preconceito, discriminação e intolerância política e social. Recrudescimento da violência, tiros contra as manifestações pacíficas, perseguição e assassinato de militantes dos movimentos

sociais. Tal investida promoveu o ataque ao acampamento dos manifestantes pró-Lula, em Curitiba, tendo como consequência o ferimento de uma pessoa por tiros disparados por arma de fogo. Tal fato é veemente repudiando pela CONDSEF/FENADSEF.

Basta! Não podemos nos intimidar com a farsa das condenações num tribunal de exceção onde se condena não com base em provas mas no achismo das "convicções"! Temos clareza de que não existe nenhuma "campanha contra a corrupção", existe, sim, um ataque ao estado democrático de direito. Lula é preso político. Defender seus direitos legais é defender a nós mesmos, nosso direito de organização e de manifestação.

Por isso, a nossa luta salarial e em defesa dos serviços públicos estará estreitamente associada à defesa da democracia. Dessa forma, orientamos as servidoras e os servidores a participarem de fóruns existentes ou ajudar construir espaços para discussão da defesa da democracia a exemplo dos Comitês Populares em Defesa da Democracia e da Liberdade de Lula, fóruns dos trabalhadores nos estados e outras iniciativas de centrais e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, nossas entidades devem orientar para que a composição do congresso nacional seja renovada para que haja uma real representação dos trabalhadores e dos setores oprimidos da sociedade.

Como muito bem demonstrou o DIEESE em nossa Plenária, a ofensiva é internacional e tem sua raiz na necessidade do capital financeiro destruir todos os direitos conquistados por décadas. Portanto, para fazermos o enfrentamento ao governo títere do grande capital é necessário que ampliemos nossas alianças com as organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais para revogar a EC 95/2016, pressionar para a abertura da Campanha Salarial 2018 e revogar a Reforma Trabalhista, a exemplo do ocorrido com a monumental Greve Geral dos Trabalhadores, ocorrida em 28.04.2017, que contou com mais de 40 milhões de trabalhadores que pararam o Brasil e o subsequente processo de mobilização que impôs uma fragorosa derrota ao Governo Temer na sua indecente proposta de Reforma da Previdência (para a qual devemos nos manter alertas para sepultá-la de vez).

Nessas condições, nossa categoria batalha diariamente para conservar o essencial e garantir sua sobrevivência. É a luta que vamos travar, nenhum direito a menos! A luta para que o país seja de todos os brasileiros!

Cumprimento de todos os acordos firmados em 2015!

Abertura imediata de negociações sobre todas as pautas entregues ao governo!

Revogação da Emenda Constitucional 95!

Revogação da Reforma Trabalhista!

Contra o Estado de Exceção! Lula livre! Pelo direito de Lula ser candidato: Eleição sem Lula é fraude!

Em defesa dos servidores, do serviço público, da democracia e da soberania nacional!

Em defesa da regulamentação do Direito à Negociação Coletiva no serviço público e da garantia da Data Base!

***Aprovado pela unanimidade dos delegados e delegadas da
VIII Plenária Estatutária da CONDSEF/FENADSEF - Brasília, 05.05.2018***

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

1. Esta resolução é um esforço de síntese das três teses apresentadas à 8ª Plenária. Estão presentes as abordagens e análises convergentes, como contribuições para organizar, fortalecer e unificar nossas lutas na atual conjuntura
2. "Esqueçam os acordos" foi a resposta do governo quando a Condsef/Fenadsef cobrou o cumprimento dos 23 acordos celebrados em 2015 com os servidores federais da administração direta.
3. "Reajuste zero", retirada de benefícios, é a resposta nas negociações coletivas dos empregados públicos. Em 2018, continuamos confrontados à ofensiva que ataca direitos, desmantela os serviços públicos e pisoteia a soberania nacional.
4. É a expressão, no Brasil, das convulsões que marcam a situação mundial, numa crise sem precedentes da dominação imperialista que abre a via para aventuras das mais perigosas para a humanidade.
5. Governos e regimes, ainda que frágeis e em crise, atacam os trabalhadores e os povos oprimidos para preservar o sistema capitalista cuja sobrevivência empurra o mundo à barbárie. As consequências da exploração capitalista se revelam, por exemplo, na forma genocida de concentrar as riquezas nas mãos de poucos no mundo.
6. Segundo a ONG britânica Oxfam, as oito pessoas mais ricas do mundo detém tanta riqueza quanto a metade da população mundial. Ao mesmo tempo, 10% da população mundial vive com menos de 2 dólares por dia!.
7. No Brasil, os seis mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres, ou seja, a metade da população brasileira - são eles Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim).
8. Os EUA recorrem às guerras para sua política de dominação mundial, devastando povos e países como Iraque, Síria, Líbano e Ucrânia dentre outros, visando o domínio do petróleo e outros recursos naturais.
9. A decisão de Trump de taxar as importações de aço em 25% e alumínio em 10% mostram que sua política externa só pode ser um fator de desordem mundial, inclusive no interior dos próprios EUA - ao contrário do que anuncia, suas medidas não resolverão o problema do desemprego e da desindustrialização nos EUA enquanto, no Brasil, ameaça os empregos industriais.
10. O capital não pode conviver com os direitos sociais e democráticos arrancados pela classe trabalhadora em décadas de luta. É preciso varrer tudo, fazer as contrarreformas para esmagar o "custo do trabalho", no qual se incluem todo tipo de serviços públicos, desde o saneamento básico, controle de endemias, transporte, habitação, saúde, educação, empresas públicas...
11. Todas as conquistas sociais e democráticas são atacadas, aumentando a exploração da classe trabalhadora e particularmente das mulheres: privatizações, destruição de leis trabalhistas, questionamento das convenções coletivas, dos direitos à educação e à proteção social, dos direitos à saúde, provocando a resistência dos trabalhadores com suas organizações.

12. É para isso a ofensiva dos EUA para recuperar o terreno perdido na América Latina com a eleição de governos como Chaves, Evo Morales, Lula, o casal Kirchner, Rafael Correa, Mujica... Governos que buscaram estabelecer outra relação com o imperialismo. Mesmo sem romper com o capital financeiro avançaram em políticas sociais que beneficiaram suas populações, melhorando o nível de vida de sua gente, sobretudo dos mais pobres. A classe trabalhadora conseguiu importantes ganhos que melhoraram significativamente sua vida, além de diminuir a taxa de desemprego.
13. A implementação de organismos multilaterais sem os EUA, como a Unasul e a CELAC (além de, noutro plano, os BRICs) expressaram uma política que desagradou o imperialismo que sempre considerou a América Latina seu quintal.
14. Essa a razão de os EUA terem promovido fraudes eleitorais (como no México) e a destituição, por meio de golpes políticos-jurídicos-midiáticos, de governos como em Honduras, Paraguai, depois Brasil e a fúria constante contra a Venezuela (desde o fracassado golpe de 2002) país que, hoje com Maduro, enfrenta um feroz ataque do imperialismo americano que, além de financiar os conservadores venezuelanos, promove um boicote sobre os meios de produção prejudicando duramente à população até nas necessidades básicas como alimentos e remédios.
15. O cientista político e historiador Moniz Bandeira já denunciava que por trás do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, há poderosos interesses dos EUA para ampliar sua presença econômica e geopolítica na América do Sul.
16. Portanto, o golpe no Brasil deve ser entendido dentro do contexto internacional em que os EUA tratam de recompor sua hegemonia sobre a América do Sul, a ponto de estabelecer acordos com o presidente da Argentina, Maurício Macri, para instalar duas bases militares em regiões estratégicas daquele país, uma em Ushuaia na província da Terra do Fogo, cujos limites se estendem até a Antártida e a outra na Tríplice Fronteira (Argentina -Brasil -Paraguai) antiga ambição de Washington.
17. O pretexto é "combater o terrorismo e o narcotráfico" mas, na verdade, o grande interesse é o Aquífero Guarani, maior manancial subterrâneo de água doce no mundo, com um total de 200.000 Km², um manancial transfronteiriço que abrange Brasil (840.000 Km²); Paraguai (58.500 Km²); Uruguai (58.500 km²); e Argentina (255.000 Km²). Daí os grandes bancos dos EUA e da Europa estarem comprando vastas extensões de terras nessas fronteiras.
18. No Brasil, a ascensão de um governo de coalização, com amplo apoio dos movimentos sociais, gerou expectativa de realizar profundas mudanças estruturais que promovessem a superação do estado de submissão aos desígnios do capital em que se encontrava o Brasil até o ano de 2002.
19. Contudo, estruturalmente não aprofundou as reformas necessárias para que a população brasileira pudesse assumir o protagonismo e a autodeterminação necessária a uma virada histórica rumo à superação das profundas desigualdades sociais e crescimento econômico planejado que pudesse usar as suas vantagens comparativas, notadamente com o uso racional de seus recursos ambientais para realizar a virada histórica necessária para conduzir o Brasil, de maneira estruturada, a ser uma das nações mais forte do mundo. Em que pese, durante dez anos estar figurando como expoente em diversas articulações internacionais para se propor alternativas à hegemonia dos Estados Unidos da América.

20. A política de conciliação governamental nesse período promoveu um forte atrelamento aos interesses dos setores mais retrógrados sob a tutela do sistema financeiro (período de lucratividade fabulosa dos bancos) permitindo que o rentismo promovesse um verdadeiro assalto ao orçamento geral da união, aumentando expressivamente a dívida pública, que já havia sido anabolizada na “Era FHC”.
21. Por outro lado, aplicou-se uma política econômica desenvolvimentista, ocorrendo investimentos massivos nas obras de infraestrutura (PAC), no agronegócio. De qualquer sorte, esses fatos provocaram um investimento robusto na máquina pública, pois ocorreu contratação de servidores por meio de concurso público, modernização do serviço público, investimento na agricultura familiar (mesmo que uma desproporcionalidade absurda em relação ao montante dispensado ao agronegócio), o que para aquela conjuntura se mostrou efetivo ao desenvolvimento do país, ao contrário do que proferem os defensores do neoliberalismo e defensores do estado mínimo.
22. Desde que assumiu o poder em 2003, o Presidente Lula teve uma forte fonte de apoio popular, chegando a uma popularidade de 87% segundo o Ibope, no final do mandato. Tal popularidade poderia ter sido objeto de pressão exercida contra os setores reacionários do Congresso Nacional no intuito de forçar o avanço de reformas estruturais (tributária e política, principalmente).
23. O processo de impeachment da Dilma não se tratou de um ato isolado por motivos domésticos no Brasil. Em que pese os governos Lula e Dilma não terem implementado políticas estruturais, como reforma agrária, reforma tributária, reforma política, controle dos meios de comunicação, não realizar auditoria da dívida, de fato houve conquistas, como o aumento real do salário mínimo, o reforço parcial dos serviços públicos e, principalmente, a mudança do marco regulatório sobre a exploração do petróleo, depois da descoberta do pré-sal, que os EUA não podem mais tolerar.
24. Ao se adaptar às instituições e ao "presidencialismo de coalizão", os governos do PT abriram brecha para a ascensão do golpista Temer que, implantado o golpe, tratou de impor as contrarreformas de interesse da burguesia, a PEC 95 (dos gastos públicos), 20 anos de congelamento dos investimentos nas áreas sociais e congelamento nos salários dos servidores públicos; Lei da Terceirização, que precariza as relações de trabalho; Reforma Trabalhista, que decreta o fim da CLT e só não passou a Reforma da Previdência pela luta dos trabalhadores que, com seus sindicatos e centrais sindicais, realizaram a maior greve geral da história, em 28 de abril de 2017.
25. Assim, menos de um ano depois do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a classe trabalhadora saiu da extrema defensiva em que se encontrava, confundida que havia sido pelos anos de políticas de conciliação e depois encurralada pela combinação do ajuste fiscal do governo Dilma, em 2015, com a ofensiva golpista comandada desde os EUA.
26. A nova conjuntura política no país enseja uma resistência organizada da classe trabalhadora. Esta nova conjuntura se desenvolve dentro de uma situação política defensiva, a qual é caracterizada pela ofensiva política, econômica e ideológica da classe dominante sobre os trabalhadores e o povo pobre. Esta situação adversa, por seu turno, se desenrola num contexto de instabilidade política e crise econômica criada intencionalmente para tomar de volta as conquistas da classe Trabalhadora no processo histórico de lutas.

27. Sair dessa defensiva só foi possível porque, a CUT, junto com sindicatos, outras centrais, movimentos sociais - e com a participação ativa da CONDSEF-FENADSEF - souberam, sair às ruas permanentemente para lutar contra o ajuste fiscal e em defesa das reivindicações dos trabalhadores, nas quais a CONDSEF-FENADSEF inscreveu a greve dos servidores federais e empregados públicos ao mesmo tempo em que defendia democracia, o mandato legal e legítimo de Dilma contra o golpe.
28. O golpe implantou um estado de exceção no Brasil que agora avança a militarização a partir da intervenção no Rio de Janeiro, com cínico apoio da mídia. Tenta-se, assim, preencher o vazio aberto pela falência política de todas as representações da burguesia com uma ditadura do judiciário, com a própria constituição sendo ignorada e juízes e promotores não prestando contas a ninguém, a não ser a seus amos internacionais, associados, agora, a setores militares.
29. Fato grave acontecido nesta intervenção, foi o assassinato premeditado e covarde da vereadora do PSOL, Marielle Franco. A execução de Marielle e seu motorista, Anderson, expõe o fracasso da intervenção militar. Militante, mulher, negra, com laços na favela, Marielle fazia um trabalho de denúncia da violência cometida pelas polícias contra a população pobre de favelas e morros, de maioria negra, o que não a impedia de, também, defender os direitos das famílias de policiais mortos. Marielle se opunha à intervenção militar no Rio de Janeiro.
30. Só pode ser repudiada a tentativa da mídia - em particular a rede Globo - de manipular as informações para tentar descaracterizar o fato inegável de que trata-se de um assassinato político em toda sua dimensão e assim deve ser exigida a apuração e punição dos responsáveis. Contra o genocídio negro, fim da intervenção militar no Rio de Janeiro!
31. O golpe destapou a reação obscurantista, dando asas a todo tipo de preconceito, discriminação e intolerância política e social. Racismo, homofobia, machismo, perseguição e assassinato de militantes dos movimentos sociais passaram a ser praticados com desenvoltura e a ser defendidos até abertamente, sobretudo nas chamadas "redes sociais".
32. Neste momento, a classe dominante segue unificada em torno da sustentação do governo Temer, tendo como objetivo principal a aprovação das contrarreformas e a transição política controlada para as eleições de 2018.
33. Expressiva parcela da classe média mantém-se politicamente à direita, extremamente reacionária e intolerante. A mesma parcela que se manifestou para o impeachment da Presidente Dilma, que teve forte repercussão em 2016, mas perdeu força nas ruas (como ficou patente no fracasso da última manifestação nacional da direita, em março/2018). O que demonstra que parte desses manifestantes, começou a racionalizar o problema que ajudou a construir.
34. O golpe não se completa, no entanto, se não inviabilizarem a candidatura de Lula à presidência da República este ano. É para isso que joga o judiciário tendo a frente o juiz Sergio Moro, pau mandado dos EUA, preparado que foi para fazer esta parte através da chamada operação Lava Jato, Moro fez cursos no Departamento de Estados Americano, fez treinamento na Escola de Direito de Harvard, fez especialização na questão das delações premiadas, condena Lula sem provas, impõe uma pena que foi aumentada pelos desembargadores do TRF 4.
35. O cerco da Lava Jato sobre Lula tem um caráter essencialmente político, de signo reacionário. Do ponto de vista econômico-social, observam-se, em primeiro lugar, as agudas consequências sociais da grande recessão: elevação do desemprego; queda do

- salário médio; aumento do endividamento; acelerado desmonte dos serviços públicos por meio dos brutais cortes orçamentários; enfim, aumento da carestia para as grandes massas trabalhadoras. Ao longo do ano, os impactos sociais da crise seguirão incidindo sobre os trabalhadores e a população mais pobre, e também sobre a classe média.
36. No Rio Grande do Sul, "ruralistas" açulados pelos fascistas do MBL cometeram uma ignóbil violência contra mulheres que se manifestavam pacificamente em defesa do direito democrático de Lula ser candidato à Presidência da República. Tentaram impedir com pedras e paus o direito democrático de manifestação que, não obstante, foi exercido por dezenas de milhares de pessoas por onde passou a caravana.
 37. O atentado a tiros contra a caravana - como de resto o golpe como um todo - não é um ataque apenas a Lula ou ao PT, é um ataque à democracia e precisa ser rechaçado com toda firmeza pelo conjunto do movimento sindical e popular, pelos setores democráticos [133]da sociedade.
 38. Não importa quem é o atingido pela violência e pela intolerância: da mesma maneira [135]que os autores do golpe são os responsáveis pelo gatilho que executou Marielle Franco, [136]são esses mesmos os responsáveis por fazer o Brasil derivar para uma terra sem lei, onde as liberdades democráticas - em particular o direito de greve e manifestação - são ameaçadas.
 39. Ninguém pode se enganar. Esses ataques visam a aterrorizar os trabalhadores, tentar impedir a lutar por salários, por mais e melhores serviços públicos. Tentam apagar o fato de que foi a greve geral de 28 de abril, puxada pela CUT, que feriu de morte a reforma da previdência, eixo do programa do golpe, e ainda marca toda a situação.
 40. Foi nesse quadro que os servidores puderam bloquear o PDV e a tentativa de aumentar a cobrança da CPSS. Também é nele que os servidores municipais de São Paulo realizam uma das maiores greves de sua história contra a tentativa do espúrio governo Dória acabar com sua previdência social, além de fortes greves de professores em outros estados, como o Amazonas. É, ainda, a greve de 28 de abril que permite, hoje, existir uma perspectiva política global de enfrentamento e superação do golpe, como apontado seguidamente nas resoluções da CUT:
 41. A farsa do julgamento do ex-Presidente Lula, favorito nas pesquisas sobre intenção de voto para as eleições presidenciais (...) faz parte da estratégia das forças golpistas e reacionárias cujo objetivo é impedir que Lula concorra às eleições e volte ao governo com amplo apoio popular para reverter as medidas nefastas do governo Temer, convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e implementar uma agenda política que fortaleça a democracia e promova um novo modelo de desenvolvimento, baseado na [sustentabilidade e inclusão social, na distribuição de renda e na defesa do patrimônio público e da soberania nacional.
 42. Pautando-se pela autonomia e independência sindical, a Condsef/Fenadsef levantou-se contra todas as medidas e projetos governamentais - fossem quais fossem os governos proponentes - que buscavam restringir ou retirar direitos dos servidores, em]particular contra as reformas da previdência, notadamente a do início do primeiro governo Lula.
 43. Realizamos centenas de mobilizações, paralisações, greves, negociações para defender o salário e as condições de trabalho de nossa categoria, condição para a prestação de um serviço público de qualidade para toda a população.
 44. Como consequência, o que houve nos últimos períodos foi uma investida brutal e sem precedentes do governo golpista nos direitos dos trabalhadores (terceirização, flexibilização dos direitos trabalhistas, congelamento de investimentos na

- administração pública por 20 anos, incentivos fiscais ao empresariado, entre outras medidas). Importante destacar a vitória da classe trabalhadora ao derrotar o governo na Reforma da Previdência, graças a grandes mobilizações e unidade dos trabalhadores!
45. Independente da nossa posição política e ideológica, não podemos concordar com as manobras que estão fazendo para impedir a candidatura do Presidente Lula, eleições sem Lula é golpe!
 46. Não estamos aqui impedindo que os segmentos da esquerda lancem seus candidatos, estamos aqui reafirmando que não podemos deixar que as manobras articuladas pela direita golpista e fascista vençam!
 47. Essa é a maior tarefa da classe trabalhadora, o resto é perfumaria! Conclamamos todos e todas, que acreditam num mundo melhor, sem explorados e exploradores, com respeito à diversidade, com igualdade de oportunidades, com inclusão social, que se unam em defesa de um Brasil justo, democrático e igualitário!

BALANÇO DO MOVIMENTO SINDICAL E DA CONDSEF/FENADSEF

- 1 O movimento sindical dos servidores públicos enfrentou herdou, dos anos de 1994 a 2002, um profundo e sistemático sucateamento, iniciado anteriormente no governo Collor, e ampliado na era FHC, cujo desmantelamento provocou a determinação das condições de trabalho de maneira dramática, além de provocar a demissão massiva de servidores, por método PDV, causou forte precariedade da prestação de serviços públicos.
- 2 Nesse sentido, diante dessa herança, ocorreu uma recuperação dos postos de trabalho, principalmente entre 2003 e 2012, período que houve crescimento do PIB Brasileiro, que atingiu a 6ª maior economia em 2010.
- 3 No período entre 2003 e 2016, mais de 230.000 servidores públicos ingressaram nos quadros do Governo Federal, sendo que de acordo com o DIEESE menos de 5% dos servidores se filiaram em seus sindicatos de base. Esse fato é contundente e sintomático dos rumos que o movimento sindical vive, considerando que a maioria dos servidores egressos dos últimos concursos é composta por jovens.
- 4 A CONDSEF/FENADSEF tem desenvolvido um papel muito importante em defesa do serviço público, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras federais, da administração direta e das empresas, buscando sempre construir a unidade e ações comuns.
- 5 O lugar da CONDSEF/FENADSEF sempre foi e será ao lado das lutas do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras, em defesa de suas reivindicações de classe, em defesa da democracia e da soberania nacional, que só pode existir com um serviço público e empresas públicas de qualidade.
- 6 A luta dos servidores e empregados públicos federais atravessou um período extremamente difícil e turbulento nos últimos anos, principalmente depois das grandes manifestações de junho de 2013, onde foi revelado um fosso entre o povo e as instituições, acentuando uma violenta pressão sobre nossas organizações sindicais (Sindicato de base, a Condsef e a CUT) em dois sentidos: ou abandonar a defesa das reivindicações ou associar-se a setores antidemocráticos que pavimentavam o terreno do golpe com a falsa "luta contra a corrupção.
- 7 Contando com o apoio da CUT, a ação dos servidores com muita determinação, conseguiu afastar ambas as pressões e manteve a independência da Confederação e da

- Central no cumprimento de suas tarefas sindicais, na defesa das reivindicações e da democracia. Firmemente, a Condsef conseguiu encaminhar uma forte campanha salarial em 2015, vinculada aos movimentos do conjunto dos trabalhadores.
- 8 De fato, mobilizações chamadas pela CUT nos dias 8 de março, 13 de março, 7 de abril e 1º de maio de 2015, reuniram centenas de milhares de trabalhadores em todo o Brasil. No dia 13 de março, a CUT e os movimentos sociais, deram o recado: não à retirada de direitos, contra o PL 4330, da terceirização, e retirada das MP's 664 e 665 e fizeram o contraponto às manifestações antidemocráticas e pro-imperialistas que ocorreriam dois dias depois, em 15 de março.
 - 9 Em 6 de agosto de 2015 uma Marcha a Brasília era realizada para forçar o governo Dilma a apresentar proposta para atender nossas reivindicações. Ela foi seguida por um Ato em Brasília, dia 09/09/2015, deliberado pela plenária da Condsef e dia 23 de setembro, um dia Nacional de Luta, com atos e paralisações e manifestações, nos Estados e em Brasília, coroava a luta contra os pacotes e a defesa das reivindicações dos servidores. Finalmente, estava na mesa de negociações proposta que o governo, recuando de sua política inicial, apresentou e os servidores federais puderam aceitar.
 - 10 Essa dura campanha arrancou conquistas importantes como a recomposição parcial dos salários, incorporação da média de gratificações de atividade e desempenho aos proventos das aposentadorias no período de 2017 a 2019, ou seja, garantindo a integralidade da remuneração na aposentadoria de cerca de 350 mil servidores aposentados e pensionistas do Poder Executivo (conquista histórica).
 - 11 Houve também conquistas setoriais, parte delas vetadas depois pelo golpista Temer; como por exemplo a Unificação das tabelas salariais no Poder Executivo.
 - 12 Hoje, as pautas de reivindicações da campanha salarial de 2018 estão protocoladas junto ao Ministério do Planejamento, sendo que, inicialmente, a resposta do governo à nossa pauta específica que cobra o cumprimento dos acordos foi meramente "ESQUEÇAM OS ACORDOS" que foram celebrados em 2015.
 - 13 A linha do governo tanto para os servidores estatutários quanto para os empregados públicos é zero de reajuste, é o arrocho salarial, é o estado de exceção que o Brasil vive depois do golpe em que o ativismo judiciário e a violação dos direitos e garantias são acompanhados de sistemáticos ataques aos trabalhadores. Não vamos esquecer os acordos como gostaria o governo. Vamos cobra-los um por um, sem lhe dar tréguas. Portanto, não temos dúvidas, o golpe foi contra você, servidor e servidora!!!
 - 14 Apesar dos golpistas de plantão, que buscam diurnamente desmontar os serviços públicos e retirar direitos da classe trabalhadora, a Condsef/Fenadsef contribuiu para a realização de ações unificadas dos dois Fóruns mais importantes do Serviço Público, FONASEFE e FONACATE, afastando pressões que iam no sentido de afastar a luta da categoria das ações unificadas do conjunto dos trabalhadores puxadas pela CUT.
 - 15 E, assim, numa luta de resistência, tivemos algumas vitórias parciais que não podemos deixar de considerar e que, evidentemente, servem de munição para que possamos manter o título do nosso XII Congresso da Condsef/Fenadsef: "NENHUM DIREITO A MENOS".
 - 16 Com essa determinação conseguimos derrotar a proposta do ilegítimo governo Temer de Programa de Demissão Voluntária - PDV, derrotar a Medida Provisória 805/17, que revogava os reajustes negociados, bem como derrotar o aumento da alíquota da Previdência Social dos servidores públicos de 11% para 14%. E uma das principais vitórias da classe trabalhadora dos últimos períodos foi a derrota imposta aos golpistas pela não aprovação da Reforma da Previdência pela câmara dos Deputados

- Federais, bem como barramos o PLS-116/16 (que dispõe sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável), tudo fruto das nossas lutas, das nossas resistências, com a pressão consistente sobre os parlamentares, com um aviso bem claro a eles referente à contrarreforma da Previdência “SE VOTAR NÃO VOLTA”.
- 17 Avaliamos que muitas coisas foram feitas e ainda temos muito a fazer, é assim que classificamos a atual gestão da CONDSEF/FENADSEF, que assumiu o mandato em janeiro de 2017, na qual estamos conseguindo trazer a Confederação para os patamares do onde jamais deveria ter saído, hoje, em perfeito equilíbrio entre receita e despesa, com as dívidas sanadas; construção e legalização da FENADSEF, importante instrumento de luta dos trabalhadores públicos da CONAB, EBSEH, IMBEL, VALEC, CEASA-MINAS.
- 18 Neste sentido, presenciamos uma reação das entidades muito aquém das necessidades que indicavam os ataques dados aos trabalhadores, muitas vezes pela divisão do movimento ou pelo equívoco das próprias entidades em definir o momento e estratégias para se contraporem aos ataques do governo e seus apoiadores! Isso permitiu que projetos e medidas fossem tomadas sem uma real ofensiva dos representantes dos trabalhadores. Aqui não vai uma crítica destrutiva, mas construtiva, de reaglutinação, de correções de táticas e estratégias, pois o momento pede total desprendimento das organizações dos trabalhadores, no sentido de construir uma ampla frente de todos os movimentos sociais para derrotar essa política e garantir os nossos direitos à liberdade, à democracia e mesmo à vida nesse país! Trabalhadores, a hora é de unidade, de luta!
- 19 Propomos os seguintes pontos essenciais para continuar a nossa luta:
- Orientar nossas entidades filiadas para realizarem assembleias gerais nos órgãos, para organizar calendário e formas de lutas pela Campanha Salarial em defesa dos serviços públicos para a população e manutenção dos direitos conquistados.
 - Utilizar as redes sociais e outros meios e instrumentos de comunicação para denunciar à sociedade o caráter golpista e retrógrado do governo e os parlamentares que tem traído o povo brasileiro votando projetos que retiram direitos e vendem o estado brasileiro.
 - Orientar nossas filiadas para organizarem e realizarem um cronograma de visitas aos locais de trabalho para discussão e mobilizações dos temas da conjuntura, bem como para organizarem lutas contra as ameaças concretas aos direitos da maioria da população.
 - Fortalecimento de todos os departamentos com a inserção de um representante nas instâncias de deliberação da CONDSEF/FENADSEF - A forma de participação será disciplinada em Regimento Interno que será concluído no prazo de 120 (cento e vinte) dias.
 - Criação do departamento das empresas públicas, criando assim organização coordenada deste importante Setor.
 - Desmembramento do Departamento de Educação e Cultura - DEC, em dois departamentos: Departamento de Educação e Departamento de Cultura.
 - Organizar a luta política em defesa da nossa pauta, adotando também, como estratégia, a luta Jurídica a fim de obrigar este judiciário retrógrado a ter que se manifestar publicamente sobre direitos constitucionais dos servidores e da população pobre.

- Implementar a comunicação de forma a melhorar as informações entre todos os setores da CONDSEF/FENADSEF incorporando todas as demandas setoriais de forma ágil para o conjunto das categorias dos servidores federais.
- Unir a luta em defesa dos servidores, à luta da população por um serviço público de qualidade.
- Manter a CUT e a CONDSEF/FENADSEF independentes de todo e qualquer governo.
- Fortalecimento dos sindicatos gerais.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. A conjuntura, o acirramento da luta de classes, o ataque aos direitos da classe trabalhadora, a implantação de novos métodos de produção e gestão nos setores públicos multiplicam desafios para o movimento sindical, ameaçam sua credibilidade e conquista de sindicalizados. Neste contexto, destacamos, inicialmente, três aspectos: sindicato geral; inclusão das juventudes e sustentação financeira.
2. A cada nova experiência de organização sindical; a cada categoria/ setor de trabalho que se incorpora à base da CONDSEF/FENADSEF; a cada luta/ pauta específica que se apresenta, para nós é uma reafirmação da nossa concepção de sindicato geral, pois, por mais que possa parecer “única, exclusiva, particular”, as demandas, problemas, impasses, ameaças e oportunidades estão ligadas ao processo de trabalho, aos conflitos da relação de trabalho no serviço público, à concepção do papel do Estado e do serviço público.
3. É uma reafirmação dessa concepção que pensa o serviço público como um todo. Não importa o tipo, tamanho e função do órgão público, somos todos trabalhadores e trabalhadoras da administração pública federal, com um só patrão, um só gestor: o Estado Brasileiro.
4. Nesse contexto, o desafio do trabalho de organização sindical por local de trabalho, na base dos diversos órgãos, com novos ou velhos servidores, com toda a complexidade de composição que possa haver no quadro de pessoal; com todas as contradições de modelos de gestão pública e/ou de perfil dos dirigentes, nos leva a praticar e reaprender a solidariedade da classe trabalhadora.
5. Também nos deparamos com a reflexão de como nossa concepção de organização sindical é instigante e ousada, pois traz um princípio fundamental que a atual conjuntura brasileira (e mesmo internacional) nos mostra como é caro: a igualdade.
6. Esta, ainda encontra muita resistência para ser um valor, uma unanimidade nacional. Sem ela, não podemos entender um serviço público universal, gratuito, com igualdade de oportunidades para trabalhadores, trabalhadoras e usuários do serviço público; não podemos defender políticas públicas voltadas para a inclusão social; não podemos construir organização de trabalhadores pautada na solidariedade.
7. Trabalhadoras e trabalhadores dos diversos órgãos precisam refletir para além da sua condição quer de servidor pelo RJU, quer de empregados pelo regime de trabalho da CLT, na perspectiva de melhorarem suas condições de trabalho, para que se efetive como de qualidade, com trabalho decente, com equidade entre os segmentos; para fortalecerem sua organização enquanto classe trabalhadora, indo além de imediatismos econômicos ou jurídicos.

8. Contribuir com a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, nacionalmente ou nos estados, nos faz caminhar defendendo constantemente os princípios acima abordados. Não sabemos se estamos sendo entendidos na mesma proporção do que nos dispomos a praticar.
9. Não sabemos até onde conseguiremos chegar com nossa concepção de sindicato geral nas velhas e novas empreitadas de organizar uma base com tantas complexidades e interesses como a base da CONDSEF/FENADSEF. Mas continuaremos em marcha, pois, mais do que nunca, com tantos ataques à classe trabalhadora, com tanto retrocesso de valores e de políticas de inclusão social, Sindicato Geral: esse é o caminho!
10. As novas tecnologias da informação, com seus diversos instrumentos e as novas manifestações culturais criaram possibilidades de comunicação, organização e relacionamento político-cultural e de socialização não exploradas pela maioria de nossas entidades sindicais.
11. Como as juventudes (no plural por sua diversidade e diferentes inserções na sociedade) se comunicam e se organizam através dessas novas ferramentas, o movimento sindical precisa se renovar por esses jovens e esses novos formatos de socialização. Com a reduzida realização de concurso público, essa renovação é um grande desafio para as entidades sindicais do serviço público.
12. Outra estratégia que repercute na baixa sindicalização das juventudes é a estratégia neoliberal da competitividade, com a imagem vendida pela mídia de que “para vencer na vida, basta o esforço individual”. Com isso, a sindicalização parece anacrônica, sem sentido, pois a organização e luta coletivas são a essência do sindicato.
13. Assim, o movimento sindical deve utilizar novas formas de ação que sensibilizem os jovens, disputem sua consciência, dialoguem de forma apropriada a suas expectativas e necessidades, oportunizem o diálogo com outros movimentos sociais. Táticas importantes para formatar uma cultura político- sindical renovadora para nossas bases.
14. Para aprofundar esse debate, melhorar nossa relação com as juventudes, consideramos fundamental e de grande valia a resolução do XII CONCONDSEF de criação do Coletivo Nacional de Jovens da base da CONDSEF, como um espaço próprio e singular onde se reconheçam, se organizem, se incluam; onde debatam e defendam um serviço público de qualidade, com relações democráticas de trabalho; onde contribuam para enraizar a agenda política da juventude nas diretrizes e ações da CONDSEF e suas filiadas; onde fortaleçam a concepção de sindicato geral aglutinada na CONDSEF/FENADSEF.
15. Queremos, entretanto, reforçar a necessidade, o mais breve possível, de instituição desse Coletivo para que, efetivamente, se pratique essa resolução congressual.
16. Para cumprir a vocação de lutas e compromisso com a classe trabalhadora, o movimento sindical deve ser livre e autônomo, sem leis, sem determinações do Estado, dos patrões ou de partidos. Devem ser os trabalhadores, em seus fóruns legítimos, a determinar sua organização, suas formas de luta, seus instrumentos de auto-sustentação financeira.
17. Não podemos nos desviar por outros caminhos que substituam a contribuição sindical, que nos leve à burocratização, ao afastamento progressivo da classe trabalhadora. Um sindicato de luta saberá que as filiações e contribuição voluntária garantirão as condições para o enfrentamento e reforçarão a representatividade do sindicato. Portanto, devemos continuar a dizer não ao imposto sindical, pela liberdade e autonomia sindical!

PLANO DE LUTAS E TAREFAS PARA A CONJUNTURA 2018/2019 CAMPANHA SALARIAL 2018

NEGOCIAÇÃO SALARIAL E DEFESA DOS SERVIDORES E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Que a Condsef/Fenadsef construa um cronograma de atividades/mobilizações junto com as entidades nacionais do FONASEFE (2ª quinzena de maio) com vistas na campanha salarial, exigindo o cumprimento, por parte do governo, de todos os acordos assinados em 2015, protocolos e memoriais de intenções firmados entre o governo, CONDSEF/FENADSEF e a CUT; Discussão e aprovação do orçamento da União, e uma campanha nacional em defesa dos servidores, serviços públicos e estatais, e imediata revogação da EC-95, e definir o Dia Nacional de Luta dos SPFs na data que o PLOA 2019 for encaminhado ao Congresso Nacional. Que a Condsef e as entidades pressionem os parlamentares federais para apresentarem emendas na PLDO e LOA, para garantir reajuste salarial em 2019.
- Correção salarial com aplicação do índice do DIEESE, de 25,63% referentes as perdas históricas entre 2010 até 2018. Índice de reajuste linear que reponha a inflação do período e definição de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, e definição da data base (1º de Maio);
- Reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE;
- Extensão dos índices da lei 13.464/17, (que concedeu reajustes para as carreiras ditas típicas de estado), para todos os servidores públicos federais;
- Aplicação do valor de no mínimo 50% per capita da União para a manutenção dos planos de saúde dos servidores;
- Equiparação com a Lei 12.277/10 para todos os trabalhadores que estão com a remuneração abaixo dos cinco cargos específicos (NS, NI e NA);
- Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as);
- Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;
- Construção e aprovação imediata de um PCCS para os SPFs com ampla participação dos servidores, e criação de comissões nos órgãos para subsidiar a construção do PCCS, e criação da secretaria ou departamento específico para a consolidação do PCCS;
- Campanha nacional contra as contratações amplas sem concurso público, contra a privatização e terceirização, por uma política que garanta segurança do concurso público e contra as demissões arbitrárias na PAP's sem direito de defesa. Abertura de concursos públicos para todas as funções público-estatais;
- Organizar Fóruns Nacionais, Estaduais e Municipais onde tem servidores públicos federais;
- Realizar assembleias gerais nos órgãos, para organizar calendário e formas de lutas pela Campanha Salarial em defesa dos serviços públicos para a população e manutenção dos direitos conquistados.

REVOGAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS QUE RETIRAM DIREITOS E APROVAÇÃO DE REFORMAS QUE AMPLIAM DIREITOS

- Revogação da reforma trabalhista e terceirizações e combate à antirreforma da previdência. Contra o fator previdenciário e a retirada de direitos da Previdência Social;
- Aprovação do Imposto sobre as grandes fortunas. Taxar o lucro dos grandes empresários e as grandes fortunas, para investir em saúde e educação;
- Reforma Urbana e Reforma Agrária. Moradia para todos e terra para quem nela trabalha, com uma política de moradia para atender a todos os trabalhadores;
- Auditoria imediata e suspensão do pagamento da dívida pública;
- Abertura e publicidade das contas das empresas com contrato com o poder público; proibição de remessas de lucro para o exterior;
- Eleição e revogabilidade a qualquer momento dos mandatos de todos os cargos políticos, de juízes, cargos de chefia de órgãos públicos e empresas estatais;
- Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores; pelo direito de greve;
- Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação;
- Reestatização das empresas já privatizadas e mais nenhuma privatização;
- Aprovação das Reformas Estruturais (Reforma Agrária, Reforma Tributária, com revisão da Tabela do Imposto de Renda; Reforma Política e Democratização da Mídia), e em defesa do meio ambiente;
- Fim do Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral;
- Contra o Plano do Governo Temer de Ajuste Fiscal, de Reforma do Ensino Médio e do Desmonte do Estado, e luta contra os projetos “Escola Sem Partido”;
- Fim do Imposto Sindical;
- Contra o assédio moral nos locais de trabalho;
- Instituir gratificação de qualificação (GQ) e retribuição de titulação (RT) para todos os setores que ainda não tem esse direito;
- Cumprimento do Mandado de Injunção 880/09, na sua íntegra;
- Reajuste dos benefícios pelo maior valor pago no Serviço Público Federal;
- Implantação do turno ininterrupto de 6 horas, sem redução de salários, para os servidores que fazem atendimento ao público e do turno de 7 horas ininterruptas, com uma hora de sobreaviso, para aqueles que não fazem atendimento ao público;
- Descentralização das políticas do governo com fiscalização e acompanhamento de todos os convênios por servidores efetivos.

DIREITOS DA MULHER

- Efetividade de Políticas Públicas no combate: à violência contra a mulher, crianças e adolescentes; à violência doméstica; à violência sexista no local de trabalho, e fortalecimento das políticas existentes pelo reconhecimento do trabalho do lar realizado pelas mulheres, assim como o cuidado familiar;
- Aplicação efetiva da Lei Maria da Penha;
- Ampliação da rede de creches e da escola pública de tempo integral;
- Campanhas de valorização da imagem social da mulher;
- Ampliação dos direitos sociais voltados para a maternidade, formação profissional, acesso à saúde preventiva e curativa, proteção à infância, à adolescência e à juventude;

- Formação das mulheres para o debate, conscientização e a prática de liberdade e autonomia sindical; para ocupação dos espaços de poder no trabalho, no sindicato, na política, na vida.

DIREITOS DAS DIVERSIDADES

- Realização de ações afirmativas de resgate de cidadania de negras e negros;
- Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça, geração e orientação sexual;
- Tratamento da temática da juventude como ponto permanente e inclusivo no cotidiano do movimento sindical, para não a ser mero acessório e sim protagonista;
- Acompanhamento da agenda legislativa para defender direitos dos trabalhadores e trabalhadoras LGBT;
- Combate a formas de utilização da juventude como força de trabalho “descartável”, com precarização e desigualdade salarial;
- Efetividade de acordos e convenções internacionais que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica, religiosa, de gênero, de orientação sexual ou de juventude;
- Democracia nas Instituições públicas de educação para efetiva participação de mulheres, negros, jovens e LGBT;
- Incluir nas formações a discussão sobre as eleições de 2018, a importância de eleger um Congresso que represente e defenda as pautas sociais (direito das mulheres, índios, negros, LGBTs);
- Inserir em todas as atividades e debates os temas transversais que dialoguem com os trabalhadores/servidores e sociedade (raça, gênero, LGBT, saúde do trabalhador, política educacional).

EDUCAÇÃO, SAÚDE E FORMAÇÃO POLÍTICA

- Campanha nacional articulada com outras entidades em defesa de 10% do PIB para educação;
- Compromisso de ajudar e defender o Dieese a recompor as suas finanças e a sua estrutura;
- Por uma política nacional de formação política da base através de cursos de formação no local de trabalho. Incluir nas formações a discussão sobre as eleições de 2018, a importância de eleger um Congresso que represente os trabalhadores e defenda os serviços públicos gratuitos e de qualidade. Campanha em defesa irrestrita e incondicional do SUS e de suas instâncias;
- Que a Condsef trabalhe no sentido de fortalecer o SUS. Contra a proposta nefasta dos planos de saúde particulares e do Ministério da Saúde, para criarem planos de saúde de baixo custo e franquias.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

- Eleições gerais de outubro de 2018, pois, na nossa avaliação, é chegada a hora de fazer uma faxina neste que é o pior Congresso dos últimos 50 anos;
- Orientar os sindicatos filiados a participarem das atividades da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. sentido de conscientizar a classe trabalhadora e a sociedade,

num todo, de que para rever as contrarreformas trabalhista e EC 95 e a terceirização, além de evitar a reforma da previdência, e de efetiva participação nas eleições para mudar a composição do Congresso Nacional. Fortalecimento dos fóruns dos trabalhadores nos estados (CUT, Intersindical, CTB, CGT e outras entidades, nos campos e cidades) para elaboração de jornais, eventos, atos para discutir com a sociedade, buscando seu apoio contra o capital;

- Atuar diretamente com os movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais, entidades democráticas, sindicais, estudantis e populares, que organizam a luta em defesa da democracia e contra o golpe da retirada dos direitos dos trabalhadores e do retrocesso nas conquistas sociais dos últimos 30 anos de luta dos movimentos sociais. Fortalecer os fóruns nos Estados, criar comitês populares nos Estados, e ocupar sistematicamente e qualitativamente os espaços de controle social institucionalizados ou não para fazer a disputa da sociedade para mobilizar contra a EC 95 e na construção de políticas públicas que atendam as necessidades da população;
- Trabalhar com bandeiras e conceitos que são consensuais com outros movimentos, buscando construir a unidade em defesa da democracia, pelas reivindicações dos trabalhadores, contra o golpe e em defesa da soberania nacional; não é momento de divisão nem fragmentação das forças sociais e políticas que tem efetivo compromisso na luta contra a ofensiva destruidora do imperialismo;
- Tática da prática de vizinhança dos sindicatos com os movimentos vizinhos do Município ou do Bairro: escolas, associações de moradores, todas as igrejas/religiões (ecumenismo) para defesa dos direitos sociais. Com apoio aos direitos da infância (combate ao trabalho infantil).

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Campanha dos servidores federais: usar programas e chamadas nas rádios convencionais e comunitárias para atingir público de massa;
- Realizar alinhamento da comunicação da Condsef/Fenadsef com estrutura de comunicação de suas entidades filiadas com objetivo de aproveitar as competências profissionais e experiências já alcançadas com estruturas que podem ser utilizadas na produção e divulgação mais ampla do conteúdo de interesse dos servidores e da sociedade que utiliza os serviços públicos. Otimizar e buscar a consolidação de uma estrutura coordenada pela Condsef/Fenadsef que envolve todas as suas entidades filiadas, o que garante aumento de visibilidade e produção de informação permanente/diária. Para que isso aconteça é necessário investimentos em gente para a criação de um ambiente nacional de produção de conteúdo para dar conta da disputa de narrativa que coloca o servidor como alguém privilegiado e os serviços públicos inchados. Para denunciar o desmonte do serviço público e desmitificar essas ideias negativas é urgente o investimento em comunicação voltado não só para servidores como para a sociedade.

RETIRADA DE PROJETOS DE LEI e MP

- **PLS 327/14** – Inviabiliza por completo a possibilidade de greve no serviço público e ainda omite a possibilidade de negociação coletiva;
- **PLP 92/07** – Transfere para o setor privado áreas que são de responsabilidade do Estado, tais como: saúde; educação; segurança pública etc.;

- **PLP 248/98** – Abre um perigoso precedente para demissão de servidores públicos baseada em suposta “insuficiência de desempenho”, a qual está atrelada às Avaliações de Desempenho;
- **PL 4.330/04** – Amplia as terceirizações e provoca a precarização dos direitos trabalhistas e dos salários;
- **MP 664 e 665/14** – Dificultam o acesso do trabalhador a uma série de benefícios previstos na CLT;
- **PLS 432/13** – Promove retrocesso nas conquistas dos trabalhadores com a chamada PEC do Trabalho Escravo;
- **PLP 257/2016** – Propõe Reforma Fiscal com alongamento da dívida dos estados e Reforma Administrativa com Política do Estado Mínimo e retirada de direitos;
- **PEC 241/2016** – Institui “Novo Regime Fiscal” que limita gastos públicos por 20 anos.
- **APROVAÇÃO DE PROJETOS DE LEI e PEC**
- **PEC 555/06** – Fim da contribuição previdenciária de aposentados/ pensionistas do serviço público que já contribuíram para a Previdência durante a vida laboral;
- **PEC 434/14** – Garante provento integral para servidor aposentado por invalidez;
- **PEC 34/07** – Estabelece critérios de concurso interno para ascensão funcional na Administração Pública;
- **PL 5.261/13** – Regulamenta a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – estabelecendo o princípio da negociação coletiva para os trabalhadores do setor público;
- **PEC 271/13** – Estabelece a isonomia nos benefícios entre os Três Poderes;
- **PL 8.178/14** – Proíbe o assédio moral no serviço público, tornando-o passível de demissão;
- **PL 5.709/13** – Anistia as horas da greve de 2012 e assegura a contagem do período como tempo de serviço e de contribuição para todos os efeitos;
- **PL 4.786/12** – Reabre prazo para os demitidos do Governo Collor apresentarem requerimento administrativo de retorno ao serviço público (Lei 8.878/94);
- **PL 4.293/08 e 7.546/10** – Anistiam e reintegram os PDVISTAS estatutários e celetistas que aderiram ao PDV (Plano de Demissão Voluntária) do Governo FHC;
- **PL 2295/2000** – Redução da carga horária da enfermagem, sem redução dos vencimentos, para 30 horas semanais.

LEGENDAS: MP – Medida Provisória; PEC – Proposta de Emenda Constitucional; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PLS – Projeto de Lei do Senado.

MOÇÕES DE REPÚDIO

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação (SETEC), por meio da Diretoria de Desenvolvimento da Rede, apresentou estudos preliminares para reordenamento de Campi (Goiás e RGS) podendo ser ampliado para os demais Campis da rede federal, como também, o Decreto 9.262/18, que extingue mais de 60 mil cargos públicos.

Tal atitude reflete o descompromisso do MEC com educação profissional tecnológica com os trabalhadores. Essas mudanças aviltam o acesso a políticas conquistadas pela luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras sem considerar que tal proposta ocorre

sem debate com a representação dos trabalhadores, CONIF, e junto às comunidades acadêmicas destas instituições.

Em razão disso, solicitamos que a CONDSEF/FENADSEF repudie as atitudes autoritárias do Ministério da Educação através do Sr. Rossieli Soares da Silva e do governo Temer.

Contra o despejo da SRTE-MTb, que prejudicará os servidores e usuários para a outro prédio em péssimas condições de trabalho.

E contra a passividade do MTb em não tomar providências contra o despejo.

Contra o desmantelamento da política pesqueira e aquícola, o sucateamento da instituição e sua retirada do Ministério da Agricultura.

E se solidariza com os servidores e servidoras que estão sofrendo assédio moral. E na sua luta por valorização da carreira.

A VIII Plenária Estatutária da Fenadsef vem repudiar as práticas antissindicais que a direção da Conab vem aplicando dentro do órgão:

1. Perseguições aos sindicalistas;
2. Falta de cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho;
3. Retirando os direitos dos trabalhadores cedidos;
4. Falta cumprimento ao novo Plano de Cargos e Salários;
5. Falta médicos no ambiente de trabalho para os periódicos, etc.;
6. Queremos a retirada da CNTC de dentro da Conab, por não fazer parte da base;
7. É uma imposição patronal para criação de um sindicato específico.

A Condsef/Fenadsef se solidariza com as vítimas do incêndio do Edifício de propriedade da União em São Paulo. Repudiamos a tentativa de atribuir as vítimas a responsabilidade pelo sinistro, repudiamos a criminalização dos movimentos produzidos pelo estado de exceção implementado pelo golpe.

Brasília-DF, 06 de maio de 2018.


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef